



Conselho de Comunicação quer suspender leilão para 4G

Uso da faixa de 700 MHz pela nova internet de alta velocidade pode interferir nas transmissões de televisões abertas públicas e comerciais

A Presidência do Senado vai encaminhar à Anatel e ao Ministério das Comunicações pedido, aprovado ontem pelo Conselho de Comunicação do Congresso, para que a consulta pública seja suspensa até a conclusão de estudo sobre a possibilidade de interferência dos serviços de banda larga nas transmissões de TVs analógicas. O leilão está previsto para agosto. **6**



Sheyla Leal/Agência Senado



Sheyla Leal/Agência Senado

Vice-presidente do conselho, Fernando Cesar Mesquita coordena a reunião em que conselheiros alertaram para o risco de celulares serem desligados devido à mudança

Marcos Magalhães



Crise na Venezuela é debatida no Parlasul

Na retomada dos trabalhos do Parlamento do Mercosul (Parlasul), ontem, em Montevideu, os países-membros fizeram críticas ao que chamaram de tentativas de desestabilizar o governo de Nicolás Maduro. **8**

Países-membros também estão preocupados com um eventual acordo de livre comércio com a União Europeia

Jucá vai dar parecer sobre CPI da Petrobras **3**

Marco Civil da Internet tem 41 emendas no Senado **6**

Especial: encarte traz depoimentos de senadores sobre a ditadura



Estatuto para servidores da Justiça será debatido hoje **7**

Sessão solene do Congresso celebra os 25 anos do STJ **7**

especial Cidadania Cancelar telefone vai ficar mais simples

Novas regras que ampliam os direitos do consumidor de serviços de telecomunicações estão previstas em regulamento publicado em março pela Anatel. Senadores também têm projetos de lei sobre o tema. **4 e 5**



Paula Cinquenti/Agência Senado

Depois de se encontrar no Museu Nacional, grupo segue para o Congresso

No Dia Mundial da Saúde, servidores fazem "bicicletão" **2**

Foram realizadas 53 reuniões, 26 das quais audiências públicas sobre temas de grande repercussão, como as obras da Copa do Mundo, o direito de greve, o analfabetismo e o financiamento da educação



Plenário da CCJ: 48 decisões tomadas pelas comissões foram terminativas e podem seguir direto à Câmara ou à sanção

Comissões aprovam 133 matérias em março

AS COMISSÕES DO Senado registraram intensa produção legislativa no mês de março. Nas 53 reuniões realizadas, foram aprovadas 133 matérias, 48 delas em decisão terminativa e que seguem, salvo se houver recurso para votação em Plenário, para a análise da Câmara dos Deputados ou a sanção da Presidência da República.

Das 53 reuniões de março, 26 foram audiências públicas para discussão de temas de grande repercussão. Foi o caso da audiência da Comissão de Educação do dia 11, em que representantes do Tribunal de Contas da União e de organizações da sociedade civil debateram a situação das obras da Copa do Mundo. O alto índice de analfabetismo entre jovens e adultos brasileiros e os direitos e as políticas públicas para pessoas com síndrome de Down também foram discutidos em audiências.

O direito de greve foi tema de debate que a Comissão de Direitos Humanos realizou no dia 24. Já a Comissão Temporária de Modernização do Có-

digo de Defesa do Consumidor aprovou o relatório final. As comissões ainda sabatinaram e aprovaram cinco indicados pela Presidência da República para cargos que exigem o respaldo do Senado. Foram três indicações para o cargo de ministro de tribunal superior e duas para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Direitos

Entre os projetos aprovados, há vários que ampliam os direitos do cidadão. A Comissão de Assuntos Sociais aprovou o PLC 113/2013, que obriga hospitais e maternidades a avaliarem a anatomia da língua de recém-nascidos, o chamado teste da linguinha. O objetivo é diagnosticar a necessidade de cirurgia para correção de anomalia do frênulo lingual (estrutura que conecta a parte inferior da língua à boca), conhecida por língua presa, que dificulta a sucção, a deglutição e a mastigação, além de causar problemas na fala. A matéria vai agora a Plenário, para decisão final e, se aprovada sem mudanças, segue para

a sanção da presidente da República.

Também foi aprovada a proposta que acaba com a exigência de que o boleto vencido seja pago somente no banco que o emitiu (PLS 138/2009); a que beneficia a saúde infantil e a educação básica pública com recursos da exploração do petróleo e do gás do pré-sal (PLS 280/2013); e a que concede desconto de até 5% do Imposto de Renda a empresas que contribuírem para o treinamento e a capacitação de jovens que vivem em abrigos ou casas de reabilitação (PLS 305/2012).

A criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PLS 298/2013), a obrigação de as construtoras adaptarem imóveis na planta — sem custos extras — para pessoas com deficiência (PLS 145/2012) e a determinação de que as companhias telefônicas avisem com sinal sonoro padronizado se haverá custo de interconexão entre operadoras (PLS 343/2012) são outros exemplos do trabalho das comissões em março.

Senadores lamentam morte de José Wilker

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou, por meio de nota oficial, o falecimento do ator, diretor e crítico de cinema José Wilker, ocorrido no sábado, no Rio de Janeiro. Para Renan, “o mundo artístico brasileiro fica repentinamente menor”.

Outros senadores também manifestaram tristeza pela morte de Wilker, como Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Aécio Neves (PSDB-MG), que usaram perfis nas redes sociais para lembrar o ator. Para Eunício, Wilker não somente levou a tradição cultural cearense Brasil afora, como também deixou marca na dramaturgia brasileira. Aécio disse que



O ator José Wilker, 66 anos, teve infarto fulminante no último sábado

o ator cearense é uma referência de profissionalismo e talento para várias gerações de brasileiros”.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do ator e disse que a dramaturgia

brasileira está de luto por perder um dos filhos mais talentosos.

Suplicy saudou a canonização, na quinta-feira, do padre José de Anchieta e pediu voto de aplauso ao papa Francisco, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Arquidiocese de São Paulo pelo envolvimento na campanha pela canonização do padre jesuíta, um dos fundadores da capital paulista.

— Peçamos a Deus que nos dê a graça de olhar para São José de Anchieta e aprender dele as lições que nos ensina para os nossos dias e ter nele um companheiro, alguém que está ao nosso lado também.

Viana pede auxílio do governo federal a produtores do Acre

Jorge Viana (PT-AC) relatou pedidos de representantes do setor agrícola, industrial e comercial do Acre para o governo federal ajudar a minimizar os estragos causados pela cheia do Rio Madeira.



Eles querem suspender as fiscalizações, refinar as dívidas da Receita, a recuperação da BR-364 e mais voos da Força Aérea com mercadorias essenciais.

— É necessária uma medida provisória que dê um tratamento diferente na rolagem de dívidas— disse.

Viana parabenizou o médico Tércio Genzini pela realização, no domingo, em Rio Branco, do primeiro transplante de fígado da Região Norte.

Servidores do Senado promovem “bicicletaço”

No Dia Mundial da Saúde, comemorado ontem, 35 servidores do Senado promoveram um “bicicletaço”, fazendo o percurso de casa para o trabalho sobre duas rodas. O objetivo do movimento é reivindicar a melhoria da infraestrutura de apoio aos ciclistas, com a construção de paraciclos e vestiários.

Os servidores se encontraram no Museu Nacional às 8h e, depois de percorrerem 2,5 quilômetros, chegaram ao Congresso Nacional, onde foram recebidos pela diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka.

Ela apresentou os planos da Diretoria-Geral, que espera construir em breve novos paraciclos, alguns próximos a vestiários com chuveiros para serem usados por quem chegar ao trabalho depois de uma pedalada.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO MP pode trancar pauta

14h Sessão deliberativa pode ter a pauta trancada pela MP 627/2013, que altera a forma de cobrar tributos sobre os lucros de empresas brasileiras resultantes de operações de subsidiárias no exterior.

PRESIDÊNCIA Ministro da Previdência

12h O senador Renan Calheiros preside sessão solene do Congresso que homenageia o STJ; às 15h, recebe o ministro interino da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Peças de reposição

8h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, alteração do Código de Defesa do Consumidor para oferecer componentes e peças de reposição após cessadas a produção ou importação de produtos.

CCJ CPI da Petrobras

9h Debate sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário, com a presença do presidente do STF. Às 14h30, análise da decisão do presidente do Senado sobre questões de ordem relativas à CPI da Petrobras.

CCJ Informações sobre obras

9h Na Comissão de Ciência e Tecnologia, projeto determinando que a administração pública e as empresas contratadas divulguem, na internet, informações sobre a execução de obras. Serão analisados projetos de decreto legislativo que autorizam serviços de radiodifusão.

CAE Zonas francas em MS

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que cria áreas de livre comércio em Corumbá e Ponta Porã, ambas em Mato Grosso do Sul.

CE Convênios para grandes eventos

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que trata da celebração de convênios entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal, em razão da realização de eventos de grande repercussão.

CONGRESSO 25 anos do STJ

12h Sessão solene destinada a comemorar os 25 anos do Superior Tribunal de Justiça no Plenário do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 9h, audiência pública da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 12h, **sessão solene** destinada a comemorar os 25 anos do Superior Tribunal de Justiça (STJ). E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Constituição e Justiça vai analisar hoje decisão do presidente do Senado a favor de uma investigação mais ampla, que inclua metrô de São Paulo e Porto de Suape

Romero Jucá é escolhido para fazer relatório sobre a CPI da Petrobras

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) foi escolhido pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), para relatar o recurso à decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre as CPIs propostas para investigar a Petrobras e outras denúncias de irregularidades em obras públicas. Renan entende que deve prevalecer a CPI mais ampla, requerida por governistas, mas solicitou à CCJ que delibere sobre isso.

Segundo a secretaria da CCJ, Jucá foi escolhido porque não assinou nenhum dos pedidos de CPI. A decisão de Renan será examinada hoje, às 14h30.

— Eu entendo que nós não podemos passar em branco ou atrasar o processo, porque vamos ser cobrados — disse Vital, ao confirmar a reunião.



Jucá foi nomeado relator porque não assinou nenhum dos pedidos de CPI

Na opinião do presidente da CCJ, a decisão sobre qual CPI deve ser instalada pelo Senado vai ser tomada hoje mesmo. Para não atrasar o processo em mais uma semana, ele adiantou que só concederá pedidos de vista por algumas horas.

— Eu tenho contra essa prerrogativa de vista a exigência regimental de dois dias; quero entregar na terça-feira [hoje] o resultado dessa missão — reiterou.

Vital recebeu o pedido de consulta das mãos do presidente do Senado na

quinta-feira. Com a decisão de Renan, que rejeitou questões de ordem apresentadas pelo governo e pela oposição, a CPI da Petrobras passaria a investigar também contratos dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal; supostas irregularidades no Porto de Suape, em Pernambuco; e suspeitas de fraudes em convênios que contam com recursos da União.

— Não me compete saber se existe excesso ou escassez de requerimentos. O que me competia fazer, e fiz, era decidir que pode, sim, a maioria crescer novos fatos determinados à investigação. Essa foi a decisão — disse Renan.

Segundo o Regimento Interno do Senado, depois de ser examinada pela CCJ, a decisão voltará a ser analisada pelo Plenário, que terá a palavra final.

Graça Foster e Edison Lobão cancelam depoimentos

Diante dos pedidos de criação de CPIs sobre a Petrobras, a presidente da estatal, Graça Foster, cancelou o depoimento que daria hoje à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre a gestão da estatal. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, também cancelou a participação em audiência pública até que haja uma definição sobre a instalação da CPI da Petrobras.



A presidente da Petrobras falaria hoje sobre as denúncias

Oposição entrará com mandado por uma investigação exclusiva

A oposição deve impetrar hoje mandando de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a instalação de uma CPI que investigue exclusivamente denúncias sobre a Petrobras. Segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a ação movida por PSDB, DEM e PSB tem apoio de parlamentares independentes, como Pedro Taques (PDT-MT) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Aloysio afirmou que a decisão de Renan por uma CPI mais ampla tem como objetivo inviabilizar as investigações sobre a Petrobras. Na opinião dele, a CCJ não tem que deliberar sobre o assunto, já que é direito constitucional da oposição propor uma CPI.

— Se o meu direito constitucional de propor uma CPI estivesse sujeito a um órgão

onde o governo tem maioria, eu não teria mais esse direito.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), entendimentos anteriores do STF comprovam que não existe a hipótese de temas desconexos na mesma CPI.

— Fica evidente a má-fé quando se tenta misturar alhos com bugalhos para impedir uma investigação verdadeira. Até porque seria possível propor outra CPI — afirmou Alvaro.

Jorge Viana (PT-AC) avaliou que a existência de duas CPIs não trará avanço em nenhum dos temas. Segundo ele, as denúncias de irregularidades no metrô de São Paulo são tão importantes quanto as que envolvem a Petrobras.

— Vamos apurar a Petrobras e vamos apurar o maior escândalo da história de São Paulo — defendeu Viana.

Polêmica mobiliza cidadãos na internet

A CPI da Petrobras foi o assunto que mais gerou manifestações no Alô Senado durante a semana passada. Alguns cidadãos têm exigido posicionamento dos congressistas em relação à possibilidade de uma CPI que investigue suspeitas de superfaturamento e evasão de divisas na compra da refinaria de Pasadena.

Houve quem congratulasse os senadores que assinaram o requerimento de CPI. De

acordo com Marcos Carvalho, de Guarapari (ES), “o caso deve ser apurado severamente”. Alberto Waldecir Teixeira Silva, de Mãe do Rio (PA), disse que a investigação “evidenciaria a boa-fé do Congresso para com os interesses públicos”.

Os desdobramentos do conflito entre governo e oposição também receberam atenção. Segundo José Alves de Araújo, de Bocaiúva (MG), é necessário “que se crie outra CPI que

investigue o cartel do metrô”. Josias Dias Bastos, do Rio de Janeiro, acredita que a CPI da Petrobras deveria ser mais ampla ainda e inquirir, também, o investimento público na construção de estádios e “empréstimos sigilosos” do BNDES a Venezuela, Cuba e outros países.

O projeto que reprime violência nas manifestações públicas coletivas (PLS 451/2013), dobrando a pena nos casos de associação criminosa para atos de vandalismo, foi igualmente assunto de muitas mensagens no Alô Senado. Flávio Stoffels, de Caxias do Sul (RS), acha incoerente que as penas para manifestantes de rua, “que protestam, em grande parte, contra os corruptos”, sejam dobradas, ao passo que “os condenados por corrupção têm as penas abrandadas por conta das brechas da legislação brasileira”.



A estatal do petróleo motivou comentários de internautas no serviço Alô Senado

Figueiró diz que questões sobre metrô de São Paulo devem ficar para outro momento

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a população quer a apuração das denúncias envolvendo a Petrobras. O senador disse entender que as denúncias sobre o metrô de São Paulo, a refinaria Abreu e Lima e o Porto de Suape devem ser apuradas, mas que isso não deve ser feito pela CPI da Petrobras.

— Tenho certeza de que a CCJ, acima das conveniências político-partidárias, vai conceder ao requerimento apresentado pelas oposições para que se realize unicamente a análise dos fatos que ocorre na nossa maior empresa, a nossa Petrobras — afirmou o senador.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Alvaro Dias lamenta uso de recursos públicos na crise no setor energético

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o Brasil caminha para um impasse no cenário energético. Segundo ele, o governo confunde racionalização com racionamento e não adverte a população para o risco de apagão. O senador disse que as distribuidoras brasileiras vivem um momento dramático e o investidor estrangeiro respira fundo quando dimensiona que 30% dos recursos para as distribuidoras vêm do Tesouro.

Citando o Centro Brasileiro de Infraestrutura, Alvaro informou que, para evitar aumentos nas contas de luz e no preço da gasolina e do diesel, o governo pega R\$ 63 bilhões por ano do Tesouro.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Rolleberg: Datafolha revela declínio econômico resultante dos erros de Dilma

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) chamou a atenção para os números da pesquisa do Instituto Datafolha, publicada no domingo, que indicam uma expectativa de aumento da inflação e do desemprego. Para ele, a pesquisa revela o declínio econômico resultante dos erros da presidente Dilma Rousseff na condução do país.

O senador salientou que, segundo o Datafolha, 72% da população espera mudanças profundas nos rumos da política. Ele manifestou temor de que a continuidade do modelo econômico ponha em risco a estabilidade da moeda e os avanços sociais conquistados nos últimos governos.



Waldemir Borretto/Agência Senado

A Anatel publicou, em março, regras que buscam aumentar a transparência nas relações entre prestadoras de serviços e consumidores de telefonia móvel e fixa, TV por assinatura e banda larga de internet e que têm prazos a partir de 8 de julho para entrar em vigor. Outros novos direitos podem ser garantidos com a aprovação de propostas apresentadas por senadores

Regulamento amplia direitos dos consumidores de telecomunicações

Juliana Steck

AS RECLAMAÇÕES SOBRE a dificuldade para conseguir cancelar uma linha telefônica ou uma assinatura de TV a cabo são frequentes. Mas, a partir de 8 de julho, para cancelar um serviço de telefonia móvel ou fixa, banda larga ou TV por assinatura, o consumidor terá apenas que acessar a página da prestadora na internet ou digitar uma opção no menu na central de atendimento telefônico, sem ser obrigado a ouvir contrapropostas das operadoras. O cliente só falará com um atendente se desejar.

Essa é uma das novas regras que ampliam os direitos de quem utiliza serviços de telecomunicações previstas no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC). As determinações foram publicadas, no dia 10 de março, no *Diário Oficial da União*, pela Agência

Nacional de Telecomunicações (Anatel). O objetivo, segundo a agência, é aumentar a transparência nas relações entre usuários e prestadoras. A depender da complexidade da obrigação, as operadoras têm prazos de 120 dias (até 8 de julho deste ano) a 18 meses (até setembro de 2015), contados a partir da publicação do regulamento, para implementá-las.

Para elaborar o texto, a Anatel levou em consideração os principais problemas registrados pelos consumidores na central de atendimento da agência reguladora. Só em 2013, a Anatel recebeu mais de 3,1 milhões de reclamações contra operadoras de serviços, a maioria (33,9% do total) relacionada a cobranças. Segundo Rodrigo Zerbone, conselheiro da Anatel e relator da proposta do regulamento, as novas regras foram elaboradas com uma "ótica consumerista", nos termos do Código de Defesa do Consumidor

(CDC — Lei 8.078/1990). Outras regras, que conflitariam com o regulamento, foram revogadas, buscando uma unificação.

As novas obrigações variam de acordo com o porte da operadora. As microprestadoras de serviço, que têm até 5 mil consumidores, precisarão obedecer apenas às regras gerais e aos direitos do consumidor, mas não às regras procedimentais, como exigências quanto à forma de expor informações na fatura ou tipos de atendimento.

— As microprestadoras costumam ter um atendimento diferenciado e utilizar modelos de negócio alternativos. Um excesso de regulamentação poderia inviabilizar a existência dessas empresas. Para as prestadoras que têm entre 5 mil e 50 mil consumidores, as regras são intermediárias. As que têm mais de 50 mil consumidores terão que arcar com a carga regulatória completa — diz Zerbone.

Propostas em tramitação no Congresso podem gerar novas garantias para o usuário

O consumidor de telefonia e outros serviços de telecomunicação pode ter ainda outros direitos garantidos, se aprovados projetos sobre o tema em tramitação no Congresso.

• Está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) projeto que inclui no Código de Defesa do Consumidor regras para o cancelamento de serviços. De acordo com o PLS 545/2013, os efeitos do cancelamento devem vigorar desde o momento da solicitação pelo consumidor, ainda que o processamento dependa de algum prazo e mesmo que o consumidor esteja inadimplente. O texto também prevê que o pedido de cancelamento poderá ser feito por todos os meios disponíveis para a contratação do serviço. O comprovante do pedido de cancelamento deverá ser enviado por correspondência ou e-mail, a critério do consumidor. "Buscamos reforçar o direito do consumidor de cancelar qualquer serviço, sem que ele tenha que se sujeitar a impedimento ou procrastinação por parte dos fornecedores de serviços", explicou Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), autor da proposta. Os serviços de telecomunicações e outros regulados pelo poder público federal já devem hoje

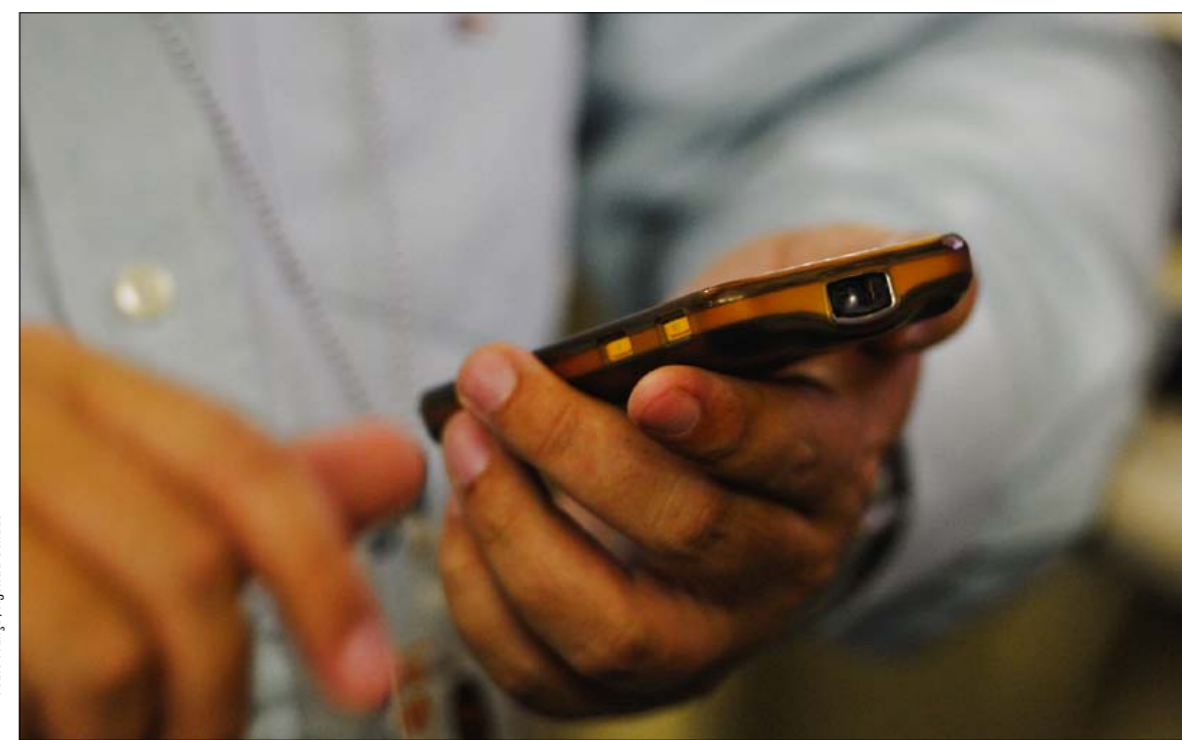
atender o Decreto 6.523/2008, que fixa normas para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e contém capítulo sobre o pedido de cancelamento do serviço pelo usuário. As normas, porém, ganham reforço com a inclusão no CDC e com a validade para fornecedores em geral. O relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), é favorável à proposta.

• O PLS 433/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), proíbe as concessionárias, autorizadas e permissionárias do serviço de telefonia fixo e móvel de oferecerem o serviço de bloqueio de identificação de chamadas. O objetivo é coibir ofertas indesejadas ou não solicitadas por telefone (como ligações de telemarketing) e permitir que quem recebe uma ligação possa retorná-la. Busca ainda facilitar a investigação e a punição de delitos realizados por meio telefônico. O projeto foi aprovado em fevereiro na CMA, na forma de substitutivo de Ivo Cassol (PP-RO). O relator acrescentou a permissão para chamadas não identificadas nos casos em que isso for "juridicamente justificável", como nas ligações para serviços de disque-denúncia ou outras situações em que a segurança de dados seja justificada. A proposta encontra-se na Comissão de

Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde receberá decisão terminativa. O relator na CCT é Benedito de Lira (PP-AL).

• O substitutivo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 343/2012, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), obriga a criação de um sinal sonoro padrão que alerte o consumidor quando ele está ligando para uma operadora diferente da sua. Isso permitirá que o usuário saiba se haverá ou não custo de interconexão entre operadoras na ligação. A proposta abrange tanto telefones fixos como celulares e terá que ser posteriormente regulamentada pela Anatel. O projeto foi aprovado terminativamente pela CCT em 25 de março e, em 4 de abril, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados.

• O PLS 96/2014 incentiva a padronização dos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares (do tipo smartphone), concedendo isenções fiscais para os fabricantes que utilizarem um modelo do dispositivo a ser definido pela Anatel. A proposta é de Wilder Morais (DEM-GO) e encontra-se na CCT, onde o relator é Alfredo Nascimento (PR-AM). Em segui-



Projeto proíbe operadoras de serviço de telefonia móvel e fixa de oferecer serviço de bloqueio de identificação de chamadas

da, passará pela CMA e receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

• Valdir Raupp (PMDB-RO) é autor do PLS 85/2013, que proíbe a cobrança de *roaming* nacional ou adicional por chamada (valor cobrado pela prestadora de serviço de telefonia móvel por chamada recebida ou originada em área diversa da que foi registrada) em localidades atendidas pelas mesmas redes da operadora contratada. Já foi aprovado na CCT e encontra-se na Comissão de Infraestrutura (CI). O relator é Walter Pinheiro (PT-BA).

• O PLS 18/2012, apresentado por Ciro Nogueira (PP-PI), disciplina a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços

de telecomunicações. O projeto veda, na prática de descontos, a redução de tarifa por critério subjetivo, observado o princípio da justa competição, prevê que os descontos terão duração mínima de 12 meses e dispõe que os usuários beneficiados deverão ser informados sobre o término do desconto com antecedência mínima de 30 dias. Já aprovada na CAE e na CMA, encontra-se na CCT, onde receberá decisão terminativa. O relator na comissão é Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

• Buscando aprimorar o direito à informação sobre as condições de uso dos serviços pré-pagos, Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou o PLS 52/2012. O projeto determina

que o usuário de serviços de telecomunicações tem direito a uma informação adequada e disponível em site sobre as condições de prestação dos serviços, as tarifas e os preços e sobre a utilização dos créditos, assegurada a privacidade. Aprovado no Senado, o projeto foi remetido à Câmara.

Saiba mais

Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações
<http://bit.ly/resolucao632>

Anatel
www.anatel.gov.br

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Antenas de telefonia móvel em Brasília: a partir de 8 de julho, deve ficar mais fácil cancelar um serviço de telefonia móvel e fixa, de banda larga ou de TV por assinatura

Principais mudanças previstas

CANCELAMENTO AUTOMÁTICO

Mesmo sem falar com um atendente da operadora, o consumidor poderá cancelar o serviço de telecomunicações por meio da internet ou simplesmente digitando uma opção no menu na central de atendimento telefônico da prestadora (*call center*). O cancelamento automático deverá ser processado pela operadora em, no máximo, dois dias úteis. O cancelamento também pode ser efetuado por meio de atendente, se o cliente assim desejar, e, nesse caso, se dá no momento da solicitação. **Prazo para implementação da medida: até 8 de julho deste ano.**

SE A LIGAÇÃO CAIR, CENTRAL DA OPERADORA DEVE RETORNÁ-LA

A prestadora será obrigada a retornar a ligação para o consumidor se ela sofrer descontinuidade durante o atendimento no *call center*. Caso não consiga retomar contato, a operadora deve mandar mensagem de texto com número de protocolo. A conversa deve ser gravada — assim como os demais diálogos entre a central de atendimento e o usuário — e deve ser armazenada por seis meses. O consumidor tem direito a cópia dessas gravações. **Prazo para implementação: até 8 de julho deste ano.**

FACILIDADE PARA CONTESTAR COBRANÇAS

Sempre que o consumidor questionar o valor ou o motivo de uma cobrança, a empresa terá 30 dias para lhe dar uma resposta. Se não responder no prazo, a prestadora deve automaticamente corrigir a fatura (caso ela ainda não tenha sido paga) ou devolver em dobro o valor questionado (caso a fatura já tenha sido paga). O consumidor pode questionar faturas com até três anos de emissão. **Prazo para implementação: até 8 de julho deste ano.**

VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS PARA CRÉDITO DE CELULAR PRÉ-PAGO

Todas as recargas de telefonia celular na modalidade de pré-pago terão validade mínima de 30 dias. Atualmente, são oferecidos créditos com períodos de validade inferior, o que confunde o consumidor. As operadoras deverão ainda oferecer duas outras opções de prazo de validade de créditos, de 90 e 180 dias. As opções devem estar disponíveis tanto nas lojas próprias como em estabelecimentos que estão eletronicamente ligados à rede da operadora (supermercados, por exemplo). O usuário também deverá ser avisado pela prestadora

sempre que os créditos estiverem na iminência de expirar. Os pré-pagos representam 78% da base de acessos móveis do país. **Prazo para implementação: até 8 de julho deste ano.**

PROMOÇÕES PASSAM A VALER PARA TODOS: NOVOS E ANTIGOS ASSINANTES

Atualmente, muitas operadoras fazem ofertas promocionais (com preços mais baixos ou mesmo com gratuidades) para captar novos assinantes, mas não oferecem as mesmas condições para aqueles que já assinam os serviços. Com o novo regulamento, qualquer um — assinante ou não — tem direito a aderir a qualquer promoção que for anunciada pela operadora na área geográfica da oferta. Caso já seja cliente, o interessado em mudar de plano precisa ficar atento sobre eventual multa decorrente da fidelização do plano atual. **Prazo para implementação: até 8 de julho deste ano.**

MAIS TRANSPARÊNCIA NA OFERTA DOS SERVIÇOS

Antes de formalizar a contratação de qualquer serviço, as operadoras deverão apresentar ao potencial cliente, de forma clara e organizada, um sumário com

as informações sobre a oferta. Por exemplo, se o valor inicial é ou não uma promoção — e, caso seja promoção, até quando ela vale e qual será o valor do serviço quando ela terminar. Também deverão deixar claros, entre outros pontos, quanto tempo demora até a instalação do serviço, o que está incluído nas franquias, o que está fora delas e quais as velocidades mínima e média garantidas para conexão, no caso de internet. **Prazo para implementação: até 8 de julho deste ano.**

CONTRATO, FATURAS ANTIGAS E HISTÓRICOS DE CONSUMO PODERÃO SER BAIXADOS DA INTERNET

Com o uso de senha individual, os consumidores terão acesso via internet às informações mais importantes sobre a relação com a operadora, como: o contrato em vigor, as faturas e os relatórios detalhados de consumo dos últimos seis meses, um sumário que informe ao consumidor as características do contrato (a franquia a que ele tem direito, o que entra e o que não entra na franquia, qual é o valor de cada item contratado). O usuário tem direito a acessar as informações até seis meses depois de eventual rescisão do contrato. **Prazo para implementação: até março de 2015.**

SITE DE OPERADORA PERMITIRÁ ACESSO A PROTOCOLOS E GRAVAÇÕES DO ATENDIMENTO

Pela internet, o consumidor terá acesso ao histórico de todas as demandas (reclamações, pedidos de informação, solicitações) que fez à operadora, por qualquer meio, nos últimos seis meses. Também será possível solicitar a cópia das gravações de atendimentos feitos pela central telefônica. O acesso às informações deverá ser permitido até seis meses após eventual rescisão. **Prazo para implementação: até março de 2015.**

MAIS FACILIDADE NA COMPARAÇÃO DE PREÇOS

A Anatel quer facilitar a tarefa de comparação de preços e ofertas para o consumidor. Para isso, o regulamento prevê que todas as operadoras, de todos os serviços, deverão disponibilizar, em forma padronizada, os preços que estão sendo praticados para cada serviço e as condições de oferta. **Prazo para implementação: até março de 2015.**

FIM DA COBRANÇA ANTECIPADA

Hoje, algumas operadoras fazem a cobrança da assinatura antes de os serviços serem utilizados. No começo de um mês, são cobrados os serviços que serão prestados até o final do mesmo mês. Nesses casos, se o consumidor cancelar o serviço no meio de um mês que ele já pagou, tem que esperar para receber de volta os valores pagos. Com o novo regulamento, a cobrança só poderá ser feita após a fruição dos serviços. Assim, se o cliente quiser cancelar o serviço no meio do mês, pagará na próxima fatura apenas o valor proporcional ao período em que efetivamente usou o serviço. **Prazo para implementação: até 8 de julho deste ano.**

UNIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO NO CASO DE COMBOS

Com o novo regulamento, os consumidores de pacotes combo (que unem telefonia fixa, banda larga e TV por assinatura, por exemplo) poderão resolver assuntos relativos a qualquer um dos serviços entrando em contato com uma única central de atendimento telefônico. **Prazo para implementação: até setembro de 2015.**

Conselho pede suspensão de edital para leilão da faixa para internet 4G

Motivo é o temor de que serviços da banda larga possam interferir na qualidade das transmissões das televisões abertas públicas e comerciais

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso pediu ontem a suspensão da consulta pública realizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre a alocação da faixa de 700 mega-hertz (MHz) para internet em alta velocidade na banda larga 4G. O leilão está previsto para agosto.

Atualmente a faixa de 700 MHz está ocupada por canais de televisão em UHF. A nova destinação será possível com a transição da TV analógica para a TV digital, que libera o espaço para a prestação de serviços de telecomunicações, com a ampliação da tecnologia 4G no Brasil.

A deliberação da Comissão de Tecnologia de Informação do colegiado responde o pedido da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), que reúne 21 veículos e reivindica reserva de espaço para implantação de novos canais públicos. Radiodifusores e outros segmentos da sociedade também querem o adiamento.

Uma das preocupações do Conselho de Comunicação Social é de natureza técnica: o temor de que os serviços da banda larga possam interferir na qualidade das transmissões das emissoras de televisão abertas públicas e comerciais. O que significa que, da forma como está, haverá interferência do sinal de telefonia celular no sinal de televisão e vice-versa.

Por isso, há o entendimento de que o edital não pode ser lançado sem a conclusão dos relatórios com o resultado de testes de campo e de laboratório sobre a convivência dos dois serviços.

Celulares mudos

O conselheiro Walter Ceneviva lembrou que milhões de telefones móveis correm o risco de ser desligados e



Fernando Cesar Mesquita afirma que o edital precisa ser suspenso até a conclusão de estudo sobre interferência no sinal

que também pode ficar no prejuízo quem comprou aparelho de TV com tecnologia digital. Ele afirma que é preciso resolver primeiro a interferência recíproca entre telefonia 4G e televisão digital aberta.

A moção será encaminhada às autoridades pela Presidência do Senado.

— Pediremos ao presidente da Anatel e ao ministro das Comunicações a suspensão do edital até que se conclua o estudo a respeito dessa interferência — explicou Fernando Cesar Mesquita, vice-presidente do conselho.

Voz do Brasil

Na reunião de ontem também foi discutida a flexibilização do horário do programa de rádio *A Voz do Brasil*, que divide a opinião dos conselheiros. O conselho promoverá audiência pública para votar o relatório sobre os dois projetos que tramitam no Congresso sobre o tema.

Uma das propostas, o PL 595/2003, flexibiliza o horário de transmissão do programa, que poderia ir ao ar entre as 19h e as 22h. A outra, PLS 19/2011 — já aprovado em Plenário —, torna *A Voz do Brasil* um bem imaterial e, por isso, sem alteração de formato e de horário.

Entra na pauta o desligamento dos celulares “ching-ling”

Os conselheiros aprovaram a inclusão de três assuntos na agenda temática, inclusive o exame da decisão da Anatel de desligar até setembro aparelhos celulares que não estejam certificados, os “ching-ling”.

Segundo o conselheiro Ronaldo Lemos, que coordena a Comissão de Tecnologia de Informação do colegiado, a estimativa é de que existam de 12 milhões a 50 milhões de aparelhos nessa situação no país. Ele esclareceu que a exigência de certificação é prevista no Código Brasileiro de Telecomunicações e que a Anatel argumenta que as baterias desses aparelhos — vendidos a preços bem mais baixos — costumam apresentar situações de risco à saúde do consumidor, desde vazamento a explosões. O coordenador disse ainda que outros países já tentaram desativar aparelhos sem certificação, entre eles a Turquia e a África do Sul. No entanto, tiveram que voltar atrás diante da comoção popular.

Interferência

A Anatel pretende lançar o edital da faixa de 700 MHz

em julho. Já a transição dos canais de TV analógica para a digital só terá edital depois da conclusão dos testes de campo e de laboratório para afastar os riscos de interferência do sinal de telefonia 4G sobre as transmissões da televisão digital.

— A Anatel precisa ouvir todas as partes, para que o processo siga com um pouco mais de cautela — observou.

Lemos disse que os 200 milhões de brasileiros que acompanham a TV aberta devem ser poupados de problemas como congelamento de imagens. Ele afirmou que a migração para o sinal digital é uma tendência em todo o mundo, mas ressaltou que grande número de brasileiros continua vendo televisão por sinal analógico, já que não adquiriram aparelhos de transmissão digital.

Walter Ceneviva manifestou dúvida sobre a urgência em “enxotar” serviços gratuitos da faixa 700 MHz, para que o espaço seja ocupado por serviços pagos. O conselheiro Celso Schröder lembrou que a Abepec, que reúne 21 veículos de comunicação, também questiona o processo.

Marco Civil da Internet já recebeu 41 emendas no Senado

O projeto do Marco Civil da Internet já recebeu 41 emendas de senadores desde que chegou à Casa, vindo da Câmara, em 26 de março.

Quatro emendas ao PLC 21/2014 dizem respeito ao artigo que normatiza o fornecimento a terceiros de dados pessoais, inclusive registros de conexão e acesso a aplicativos. Da forma como foi aprovado pelos deputados, o texto facilita um “consentimento livre”, obtido por meio da aceitação de “políticas de privacidade”. As emendas tendem a deixar a regra mais clara.

Quebra de sigilo também foi preocupação: em alguns casos, emendas sugerem restrição de quem pode pedir dados de usuários. Em outros, há a restrição da finalidade dessa ação, como em processos criminais.

O tempo de armazenamento dos dados foi outro alvo de mudanças dos senadores, assim como a garantia de qualidade do serviço. Uma das emendas prevê multa caso o provedor forneça menos de 50% da velocidade contratada e estabelece em 80% da velocidade a garantia mínima de oscilação.

A neutralidade da rede (regra que determina tratamento igual para todos os conteúdos que trafegam pela internet) também foi alvo de emendas. Uma sugere que a demanda de escolas públicas por prioridade no recebimento de conteúdos seja acrescentada às hipóteses de exceção. Outra obriga o presidente da República a fazer consulta pública antes de quebrar a neutralidade. A única emenda retirada proibia a exceção da neutralidade de forma integral.

Com pedido de urgência constitucional apresentado pela Presidência da República, a matéria será analisada simultaneamente por três comissões: a de Ciência e Tecnologia (CCT), a de Defesa do Consumidor (CMA) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Representantes do Judiciário debatem estatuto para servidores

Proposta já aprovada pela Câmara cria um regime jurídico único para eliminar disparidades remuneratórias entre os estados. Um dos participantes da audiência na Comissão de Constituição e Justiça será Joaquim Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Justiça

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) debate hoje, às 9h, em audiência pública, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 59/2013, que cria o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário. A audiência será transmitida ao vivo pela TV Senado.

O autor da PEC, ex-deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), alega que a atual pluralidade de regimes impostos aos servidores ofende não apenas a estrutura una do Poder Judiciário, mas também o princípio constitucional da isonomia, visto que permite, por exemplo, disparidades remuneratórias entre os estados. Por isso, a proposta pretende incluir na Constituição dispositivo para estabelecer que lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, criará um regime jurídico



O presidente do STF, Joaquim Barbosa, é um dos convidados para a audiência

único para os servidores do Judiciário.

O STF terá prazo de 360 dias para enviar ao Congresso um projeto de lei complementar. O estabelecimento desse prazo não constava da redação original e foi proposto pelo deputado Major Fábio (Pros-

PB), que defendia inicialmente um período de 180 dias e a determinação de que o projeto contemplasse a isonomia salarial entre os profissionais.

Foram convidados para o debate o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa; o presidente

da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Valter Assis Macedo; e o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Cleo de Oliveira Vieira.

A PEC foi apresentada em 2007 na Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 190. Naquela Casa, tramitou até 29 de outubro de 2013, quando foi aprovada em segundo turno no Plenário, com 400 votos favoráveis e apenas 4 contrários.

No Senado, a proposta está no início da tramitação e também precisa ser aprovada em dois turnos de votação, com os votos favoráveis de pelo menos 49 dos 81 senadores (três quintos). A relatoria ainda não foi definida.

Congresso Nacional comemora os 25 anos do STJ

Uma sessão solene do Congresso, às 12h de hoje, homenageia os 25 anos do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Criado pela Constituição de 1988 e instalado em abril de 1989, o STJ é a corte responsável por

uniformizar a interpretação da lei federal, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do estado de direito.

No ano da instalação, o tribunal julgou pouco mais de

3 mil processos. Em 1995, ganhou nova sede. Desde então, o número de julgados cresceu quase exponencialmente: já ultrapassa hoje os 3,5 milhões.

Como órgão de convergência do Judiciário, aprecia causas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas, e é a última instância para as causas infraconstitucionais, não relacionadas diretamente à Constituição. O STJ julga crimes comuns praticados por governadores; crimes comuns e de responsabilidade de desembargadores dos tribunais de Justiça e de conselheiros dos tribunais de contas estaduais, dos membros dos tribunais regionais federais, eleitorais

e do Trabalho. Julga também habeas corpus que envolvam essas autoridades ou ministros de Estado, exceto em casos relativos à Justiça Eleitoral. Pode apreciar ainda recursos contra habeas corpus concedidos ou negados por tribunais regionais federais ou dos estados, bem como causas decididas nessas instâncias, sempre que envolverem lei federal.

Em 2005, como parte da reforma do Judiciário, o STJ assumiu também a competência para analisar a concessão de cartas rogatórias e processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras. Até então, a apreciação desses pedidos era feita no Supremo Tribunal Federal (STF).



Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça: uniformização das leis federais

Projeto sobre vandalismo pode ser votado amanhã

Entre as 35 proposições a serem analisadas amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/2013, de Armando Monteiro (PTB-PE), que tipifica o crime de vandalismo. Pelo texto, serão considerados crime atos coletivos de destruição, dano ou incêndio a imóveis públicos ou privados, a equipamentos urbanos, monumentos e veículos. A proposta considera agravante para a pena o uso de máscara, capacete ou outro utensílio que dificulte a identificação.

O tema esteve na pauta da CCJ no dia 2, mas a pedido do relator, Pedro Taques (PDT-

MT), a votação foi adiada. Taques considerou a proposta original de Armando ampla demais. Além disso, alguns senadores temem prejuízo ao direito constitucional de liberdade de manifestação.

Os senadores vão avaliar também três propostas de emenda à Constituição que tratam da participação do estrangeiro residente no Brasil nas eleições municipais. A relatora é Lúcia Vânia (PSDB-GO), que se mostrou favorável à aprovação da PEC 25/2012 e à rejeição das outras duas: 88/2007 e 14/2007.

— A PEC 25 deve ser aprovada, visto que trata do tema de uma forma mais completa,

utiliza no texto a terminologia mais apropriada, além de ser mais consentânea com os anseios dos estrangeiros que aqui residem e pretendem exercer a cidadania, influenciando as decisões relativas às políticas

públicas locais — justificou a relatora.

A proposta dá ao estrangeiro com residência permanente no país não só o direito de votar, mas de concorrer nas eleições municipais.



Destruição de veículos é uma ação tipificada como crime pela proposta

Entra em vigor prazo menor para destruir drogas apreendidas

Começou a valer ontem a Lei 12.961/2014, que estipula prazo mais curto para destruição de drogas apreendidas pela polícia. O objetivo é evitar o armazenamento em delegacias e depósitos, que podem ser alvos de ataques e desvios.

No caso de flagrante, a droga será incinerada em 15 dias, na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária. Em outros casos, o prazo será 30 dias, a partir da data da apreensão, guardando-se amostra necessária para laudo definitivo.

Na votação do projeto (PLC 115/2013) no Senado, o relator, Humberto Costa (PT-PE), citou exemplo de roubo de até 400 quilos de drogas de depósitos da polícia.

— Há casos de ataques até com perda de vidas entre aqueles profissionais que ali estavam para dar segurança ao conjunto de provas.

Comissão pode analisar revisão da Lei da Anistia

João Capi-beribe (PSB-AP) disse ontem à Rádio Senado que deve finalizar até amanhã o relatório do PLS 237/2013, que estabelece a revisão da Lei da Anistia, para que possa ser analisado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O senador argumenta que é preciso adequar a Lei da Anistia à Constituição de 1988 e aos tratados internacionais que consideram inafiançáveis os crimes de tortura e assassinatos cometidos por agentes públicos durante a ditadura.

Cancelada audiência pública sobre analfabetismo

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) cancelou, a pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF), a audiência pública de ontem que discutiria a questão do analfabetismo sob a ótica dos direitos humanos.

Cristovam foi o autor do requerimento para a convocação do debate. O comunicado da presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), atribui o cancelamento a "motivo de força maior". Não há nova previsão de data para a realização da audiência pública.

Retomada de atividades do Parlamento do Mercosul é marcada por debate sobre a crise na Venezuela. Deputada defende construção do socialismo bolivariano “em paz”

Tentativa de desestabilizar governo de Nicolás Maduro recebe críticas

A DEFESA DA autodeterminação da Venezuela e as críticas a manobras de desestabilização do governo Nicolás Maduro que estariam sendo promovidas pela oposição marcaram o debate sobre a crise política no país vizinho promovido pelo Parlamento do Mercosul (Parlasul), que retomou os trabalhos ontem, com reunião em Montevideu, no Uruguai.

A iniciativa de propor o debate foi da Representação Venezuelana, que participou pela primeira vez de forma plena de uma sessão.

A deputada Blanca Eekhout, vice-presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, afirmou que o governo vene-

zuelano procura construir o socialismo bolivariano “em paz e mantendo relações econômicas, políticas e comerciais com todos os povos do mundo”.

— Por que atacar a Venezuela? Porque querem eliminar uma das vozes integracionistas mais importantes? Defender a Venezuela é defender o Brasil, é defender a Argentina. É um assunto do Mercosul — afirmou.

Roberto Requião (PMDB-PR), vice-presidente brasileiro do Parlasul, disse que as últimas medidas econômicas tomadas por Maduro começam a surtir efeito no combate ao desabastecimento e que a mobilização das ruas está “praticamente pacificada”. O senador

criticou o tom “excessivamente emotivo” da participação da deputada de oposição María Corina Machado em reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e pediu que o tema seja debatido com isenção.

— Se a discussão sobre o tema for feita com racionalidade pelo Parlasul, daremos uma contribuição positiva. Devemos analisar a questão sem a passionalidade de uma María Corina — sustentou.

O deputado uruguaio Roberto Conde, ex-presidente do Parlasul, disse que há um “ataque especulativo constante” contra a moeda venezuelana.

Uma das poucas vozes dissonantes foi a do parlamentar



A venezuelana Blanca Eekhout diz que a paz é “o caminho” de seu país

argentino Adrián Pérez, para quem democracia “inclui tolerância, respeito ao outro e liberdade de expressão”, em referência às restrições à liberdade promovidas pelo governo venezuelano.

Parlasul terá vice-presidente venezuelano

A Venezuela, que ontem participou pela primeira vez com direito a voz e voto de uma sessão do Parlasul, já dispõe de um vice-presidente na Mesa Diretora do órgão. O deputado Saúl Ortega, eleito por unanimidade, destacou a disposição do ex-presidente Hugo Chávez de mudar a visão geopolítica da Venezuela.

— Para consolidar a democracia e a independência, nosso caminho passa pela unidade latino-americana.

Pelo Brasil, o vice-presidente é o senador Roberto Requião (PMDB-PR). Pela Argentina, o senador José Mayans, e pelo Paraguai, o senador González Núñez.

O presidente do Parlasul, até dezembro, é o deputado uruguaio Rubén Martínez Huelmo. O Plenário também aprovou modificações ao Regimento Interno.

Comissões do órgão voltaram a funcionar ontem

As comissões permanentes do Parlasul voltaram a funcionar ontem, depois de mais de três anos paralisadas. Cada Estado-parte terá duas presidências.

Pelo Brasil, o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) presidirá a Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social. O deputado João Ananias (PCdoB-CE) exercerá a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

A Representação Brasileira também terá duas vice-presidências. A de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários ficará com o deputado Renato Molling (PP-RS). E a de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, com a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Acordo com UE e crise na Venezuela preocupam

O futuro acordo de livre comércio com a União Europeia e a crise política na Venezuela são as principais preocupações dos representantes brasileiros no Parlasul.

A importância dos dois temas foi ressaltada pelo vice-presidente do Parlasul, senador Roberto Requião, e pelo presidente da representação, deputado Newton Lima (PT-SP), durante reunião de parlamentares brasileiros realizada ontem em Montevideu.

Lima anunciou a realização de duas reuniões para debater esses temas. A primeira será com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, no final da tarde de amanhã, e a segunda em 23 de abril, quando, além dos representantes brasileiros no Parlasul, estarão presentes os principais negociadores do acordo com a União Europeia e os representantes da coalizão pela competitividade da indústria transformadora no Brasil.

— Assim como os chanceleres dos países do bloco participam ativamente da construção de um espaço de diálogo sobre a Venezuela, acreditamos que nós, do Parlasul, também devemos acompanhar um assunto



Requião (D) destacou necessidade de o Parlasul acompanhar negociações com UE

tão relevante, que envolve a cláusula pétrea da democracia — disse o deputado.

Da mesma forma, Requião considerou “importantíssima” a participação da Venezuela na primeira sessão do ano do Parlasul.

O senador ressaltou ainda a necessidade de o órgão legislativo regional acompanhar de perto as negociações do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, que podem vir a ser concluídas ainda neste ano. Embora o Parlasul ainda não tenha poder decisório, observou, os parlamentares devem debater o tema.

— Não temos nenhuma ideia sobre como estão as negociações. O que vejo com preocupação é o Brasil cedendo à pressão dos importadores em favor do acordo. A União Europeia não tem mais mercado interno, devido às restrições provenientes da crise, e os países europeus estão querendo desesperadamente exportar. Eles querem nossos mercados e não sei o que poderão nos oferecer — alertou Requião.

Ana Amélia (PP-RS) também propôs “atenção especial” ao acordo com a União Europeia. Para a senadora, devem ser avaliados os possíveis impactos, positivos ou negativos, so-

bre as economias do Mercosul. Ela disse estar preocupada com o fato de que a Europa ainda é “muito protecionista na área agrícola”, o que afetaria a economia agroexportadora do Rio Grande do Sul. A respeito da Venezuela, ela pediu que o Parlasul acompanhe especialmente o que chamou de “violações a direitos de parlamentares”.

— Não defendo intervenção nos assuntos internos da Venezuela, mas não podemos nos calar no que diz respeito à defesa dos mandatos parlamentares. O Paraguai foi suspenso do Mercosul após o impeachment do presidente Fernando Lugo, mas no que se refere à cassação de mandato [da deputada venezuelana María Corina] há um silêncio — comparou Ana Amélia.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que propará ao Parlasul o envio de um grupo de observadores da crise na Venezuela. Ele defendeu a “busca da paz e a defesa da democracia plena” no país vizinho e demonstrou preocupação com a situação de brasileiros que vivem ali. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), por sua vez, afirmou que o Parlasul pode dar uma “enorme contribuição” ao debate sobre a questão da Venezuela.

Ferraço defende negociações com Estados Unidos

Em seminário sobre o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) realizado em Nova York pelo Fórum das Américas, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu a retomada das

negociações comerciais com os Estados Unidos, prejudicadas por denúncias de espionagem.

— Nossa parceria com os EUA, que envolve não apenas os governos, mas agen-

tes econômicos e comerciais e as sociedades de ambos os países, é bastante madura para superar eventuais desentendimentos — disse.

Ferraço acrescentou que na 6ª Cúpula do Brics, em

Fortaleza, em julho, deve ser formalizado o início do processo de criação de um banco do grupo para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

